

Celso Sabino e Fufuca resolvem ficar no governo

União Brasil e Progressistas puniram os ministros

Por Gabriela Gallo

“Se é para o bem de todos e felicidade geral da nação, estou pronto! Diga ao povo que fico”, disse Dom Pedro I em 1822 ao se recusar a voltar para Portugal e decidir permanecer no Brasil. O dia ficou registrado na história como o “Dia do Fico”, data relevante para a independência do Brasil. Em um discurso semelhante, provavelmente sem a intenção de fazer uma alusão ao dia, o ministro do Turismo, Celso Sabino, comunicou nesta quarta-feira (8) que continuaria frente à pasta no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), mesmo após a exigência de sua retirada vinda de seu partido, o União Brasil.

“Pelo bem do turismo brasileiro, mas especialmente pelo bem do povo do Pará, eu fico no governo ao lado do presidente Lula, para dar continuidade ao trabalho que vem sendo feito em todo o país”, disse Celso Sabino a jornalistas, alegando que não pretendia deixar o posto no Executivo devido à proximidade da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas 2025 (COP 30), que acontecerá em Belém (PA).

Punições

Em nota assinada pelo presidente do União Brasil, Antonio Rueda, o partido comunicou que “decidiu pela suspensão cautelar do ministro Celso Sabino de suas atividades partidárias” e que conduzirá uma “comissão provisória interventiva” no comando do Diretório Estadual do Pará.

“Conforme estatuto do partido, o caso será encaminhado ao Conselho de Ética, que terá 60 dias para se manifestar quanto ao mérito das representações. O União Brasil reafirma o compromisso com a transparência de suas decisões e o respeito à vontade dos seus filiados, atuando com responsabilidade para preservar a coerência com os seus princípios e valores”, declara a nota, divulgada nesta quarta-feira.



“Pelo bem do turismo e do povo do Pará” Sabino disse que fica

Igualmente na mira, o ministro dos Esportes, André Fufuca, representante do PP no governo, também confirmou que permanecerá no governo. “Minha fidelidade é primeiramente ao povo que confiou o seu voto e me concedeu a honra do mandato. Neste sentido, seguirei contribuindo de forma construtiva e dedicada para a boa gestão e governabilidade do país, lado a lado com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O meu trabalho e a minha atuação estão, inequivocamente, acima de quaisquer questões e disputas partidárias internas”, manifestou o ministro em suas redes sociais, nesta quarta-feira.

Assim como o União, o Progressistas (PP), também por meio de nota, confirmou o afastamento de André Fufuca “de todas as decisões partidárias, bem como da vice-presidência nacional do partido”.

“A Direção Nacional do Progressistas realizará, ainda, intervenção no diretório do Maranhão, retirando o ministro do comando da legenda do estado. O partido reitera o posicionamento de que não faz e não fará parte do atual governo, com o qual não nutre qualquer identificação ideológica ou pragmática”, declara a nota assinada pelo presidente do partido, senador Ciro Nogueira (PI).

Entenda

Em setembro, o União Brasil e o Progressistas (PP), que se uniram em federação partidária, anunciaram que estavam deixando o governo federal e exigiram que seus filiados também deixassem seus respectivos cargos no governo. Os ministros do União Brasil no governo são: Celso Sabino (Turismo), Frederico Siqueira (Comunicações) e Waldez Goês (Integração e Desenvolvimento Regional). Contudo, a determinação do partido valia apenas para Sabino, porque Frederico Siqueira e Waldez Goês são nomes apadrinhados exclusivamente pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP).

Nas últimas semanas, Celso Sabino chegou a comunicar à imprensa que entregou sua carta de demissão ao presidente Lula e que realizaria uma última ação na abertura das obras da COP 30. Todavia, após o evento, ele voltou atrás e decidiu permanecer no governo.

Já os então representantes do PP no governo são André Fufuca (Esportes) e o presidente da Caixa Econômica Federal, Carlos Antônio Vieira Fernandes. Contudo, a cobrança do PP para retirada do governo não recaiu sobre o presidente da Caixa.

Relator pede arquivamento de processo de Eduardo Bolsonaro

Da Redação

O relator da representação movida contra Eduardo Bolsonaro (PL-SP) no Conselho de Ética da Câmara dos Deputados defendeu nesta quarta-feira (8) o arquivamento do caso.

Logo após a leitura do voto, parlamentares pediram vista (mais tempo para análise) do processo, adiando o desfecho. A posição do relator, pelo arquivamento, ainda precisará ser analisada pelo colegiado.

A representação que pede a perda do mandato de Eduardo foi apresentada pelo PT, pelo senador Humberto Costa (PT-PE) e pelo deputado Paulão (PT-AL). Os petistas sustentam, entre outras coisas, que Eduardo fez ataques reiterados a instituições, especialmente ao STF; incitou contra o processo eleitoral ao afirmar que “sem anistia para Jair Bolsonaro não haverá eleição em 2026”, e atuou junto a autoridades estrangeiras para constranger instituições brasileiras.

Relator do caso, o deputado federal Marcelo Freitas (União Brasil-MG) disse que Eduardo expôs visões críticas, em um “exercício da liberdade de expressão e opinião política em contexto de debates internacionais”.

“Isso não constitui infração ética, mas exercício legítimo de mandato, como reconhecem as democracias”, afirmou.

Eduardo está nos EUA desde março, de onde comanda uma campanha por sanções para livrar o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) da prisão.

Freitas tem proximidade com as pautas bolsonaristas. Na semana passada, o líder do PT, Lindbergh Farias (RJ), pediu ao presidente do conselho, Fabio Schiochet (União Brasil-SC), que fosse escolhido um novo relator, argumentando que Freitas é próximo de Eduardo e apoia Bolsonaro.



Eduardo deixou o mandato em março

Schiochet, porém, manteve o relator, alegando que confia na imparcialidade de Freitas. A escolha do parlamentar de Minas foi feita pelo presidente do conselho entre três opções de nomes sorteados - Duda Salabert (PDT-MG) e Paulo Lemos (PSOL-AP) foram os outros incluídos na lista.

Se a maioria no Conselho de Ética for contrária ao parecer pelo arquivamento, escolhe-se então um novo relator.

O processo contra Eduardo foi instaurado em 23 de setembro, quando começou a contar o prazo de até 90 dias úteis para que o colegiado se manifeste sobre a cassação.

Para que o deputado perca o mandato, são necessários ao menos 257 votos de 513 do plenário, maioria absoluta da Casa.

Faltas

Essa não é a única hipótese que pode levar a uma eventual perda de mandato. Eduardo Bolsonaro licenciou-se do mandato em março, quando foi para os Estados Unidos. Em julho, essa licença expirou e, desde então, Eduardo tem acumulado faltas não justificadas.

A Constituição determina que perde o mandato o deputado que faltar a mais de um terço das sessões ordinárias sem justificativa. Essa situação, por exemplo, levou à recente perda do mandato de Chiquinho Brasão, acusado de ser o mandante do assassinato da vereadora Marielle Franco.

Por essa hipótese, porém, a eventual perda do mandato de Eduardo Bolsonaro só se daria no ano que vem, por volta do mês de abril.

Com informações de Catarina Scortecci (Folhapress)

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA



Deputado Carlos Zaratini relatou a proposta

Governo jogou pesado pela MP — e perdeu o jogo

A batalha em torno da MP dos impostos escancarou a estratégia governista de partir para o conflito com o Centrão. A derrota mostrou os limites do Planalto e o acirramento da questão eleitoral.

Respaldo pelo aumento da popularidade do governo, pelos atos contra a PEC da Blindagem e projeto da anistia, pelo início das conversas com Donald Trump e pelo des-

gaste da Câmara e dos bolsonaristas, o Planalto resolveu pagar pra ver, e ficou no prejuízo.

Na terça, Lula disse que não iria implorar para que partidos ficassem ao seu lado. Logo depois, os ministros Celso Sabino (Turismo) e André Fufuca (Esporte) declararam que ficariam no governo, apesar da pressão contrária de seus partidos, União Brasil e PP.

Abriu o verbo

Diante da possibilidade de derrubada da MP, o relator da proposta, o deputado Carlos Zaratini (PT-SP), falou em público o que se costuma dizer nos bastidores: reclamou de quebra de acordo por partidos do Centrão — PP, União e Republicanos — e pela bancada ruralista.

Pressões

Em seguida, o líder do PT, Lindbergh Farias (RJ), foi na mesma linha. Também acusou o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), de pressionar deputados. Isto, para derrotar a MP, diminuir o caixa do governo e forçar cortes de gastos sociais em 2026.



Líder do PL, Sóstenes Cavalcante: contra aumentos

Planalto foi para as redes; oposição mirou nos impostos

O governo também tratou de acionar sua nova trincheira digital que, pelas redes sociais, publicaram mensagens favoráveis favoráveis à taxação dos BBB — bancos, bets e bilionários. O mote “Congresso inimigo do povo” foi ressuscitado.

A oposição, por sua vez, avalia que acertou ao mirar num ponto que con-

sidera frágil do governo, de buscar no aumento de impostos a solução para problemas de caixa.

Recuperou estratégia de janeiro, quando atribuiu a uma sede arrecadatória do governo a decisão da Receita Federal de controlar mais de perto transferências via pix. Isso, na época, fez desabar a popularidade de Lula.

Sem acordo

À tarde, o presidente do Republicanos, Marcos Pereira (SP) negou à coluna que houvesse acordo para aprovar a MP. afirmou que a posição do partido não tinha sido definida. Ele foi um dos 29 deputados da sigla que ajudaram a derrubar a medida (nove foram a favor).

Os alvos

Apesar da disputa acirrada, 68 deputados não votaram; entre eles, nove do PP; oito do União, seis do Republicanos e 13 do PL. Para um petista, as ausências indicam caminhos de negociação: Lula poderá até, em breve, não implorar por esses apoios, mas terá que conversar.

Brecha

Além de registrar a recuperação da popularidade de Lula e de apontar o aumento da rejeição a uma anistia a condenados por tentativa de golpe de Estado, a pesquisa Quaest deu outra boa notícia para o governo: a possibilidade de dialogar com admiradores de Jair Bolsonaro.

Elogios

Dados mais amplos reforçam que a polarização continua muito forte. Mas 26% dos bolsonaristas disseram que Lula saiu fortalecido do primeiro encontro com Trump; 36% afirmaram que as mudanças no IR terão impacto importante em suas finanças.